



Processo nº 1.396/2003

Jurisdicionada: Secretaria de Solidariedade - Sesol/DF

Assunto: Tomada de Contas Especial - TCE.

Ementa: TCE instaurada em cumprimento ao item V, alínea 'b', da Decisão nº 1945/03. Irregularidades na execução de contratos celebrados pelo Distrito Federal com a entidade Ágora – Associação para Projetos de Combate à Fome. Prejuízo ao erário. Citação. Defesas improcedentes. Interposição de recurso. Pelo não conhecimento do recurso.

Senhor Inspetor,

Tratam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento ao item V, alínea 'b', da Decisão nº 1945/03 (fl. 1/2) com o objetivo de apurar responsabilidades por irregularidades ocorridas nos Contratos nºs 2/1999 e 4/2000, celebrados entre o Distrito Federal (Secretaria de Solidariedade) e a entidade Ágora - Associação para Projetos de Combate à Fome, conforme consta do Processo nº 040.000.494/2003.

Dos Fatos

2. Na Decisão nº 6210/05 (fl. 98) foi determinada a citação da entidade ÁGORA – Associação de Projetos para Combate à Fome e dos cidadãos nominados às fl. 88, parágrafo 33, na forma indicada à fl. 90, item II, para apresentação de defesa quanto à responsabilidade solidária que lhes é atribuída na referida tomada de contas especial (Processo GDF nº 240.000.494/2003), ou, se preferirem, recolherem, desde logo, ao Tesouro do Distrito Federal, a quantia de R\$ 278.000,00, com os devidos acréscimos legais.

3. Atendendo à decisão foram citados: a entidade ÁGORA – Associação de Projetos para Combate à Fome, JOSÉ LUIZ VIEIRA NAVES, RODRIGO CZEPAK, JOSÉ CLÁUDIO PEREIRA CALDAS ROMERO, EDVALDO GONÇALVES DOS REIS e LUIZ ALAN OLIVATO (falecido). Considerando o falecimento deste, foi promovida a citação do espólio, na pessoa do cônjuge supérstite, Senhora CREUSA MONTEIRO OLINTO OLIVATO e dos herdeiros, Senhores THIAGO OLINTO OLIVATO e BRUNO OLINTO OLIVATO (fl. 144/146, 148/154, 159, 162, 171/174, 177, 561, 568 e 570/571).

4. Posteriormente, após defesas apresentadas, esta Corte, por meio da Decisão nº 4300/07 (fl. 290) conheceu das defesas apresentadas pelos responsáveis acima indicados negando provimento aos argumentos oferecidos e determinou a a cientificação dos mesmos, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1/94, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem o valor atualizado do débito solidário apurado na tomada de contas especial em apreço.

5. Diante disso, a Senhora Creusa Monteiro Olinto Olivato e os Senhores Thiago Olinto Olivato, Bruno Olinto Olivato, Edvaldo Gonçalves dos Reis e a entidade



ÁGORA – associação para Projetos de Combate à Fome, José Cláudio Pereira Caldas Romero e **Rodrigo Czepak** interpuseram recursos (fl. 304/328, 338/350, 356/511 573/593 e 594/616). No exame de mérito, o Tribunal, pela **Decisão nº 654/2009** (fl. 663), resolveu:

“...I. negar provimento aos recursos de fls. 304/328, 338/341, 356/362, 573/588 e 594/610, interpostos contra a Decisão nº 4.300/2007, mantendo-a na íntegra; II. cientificar os recorrentes do teor desta decisão e conceder-lhes o prazo de 30 (trinta) dias para efetuarem e comprovarem o recolhimento do débito a eles imputado (R\$ 278.000,00), devidamente atualizado, na forma da ER nº 13/2003;...”

6. Examina-se, nesta fase processual, em cumprimento ao disposto no art. 2º da Resolução-TCDF 183, de 22/11/2007, a admissibilidade de novo **recurso**, visto às fl. **696/697**, interposto pela entidade **Ágora - Associação para Projetos de Combate à Fome**, em face da **Decisão nº 654/2009**, que negou provimento ao recurso anteriormente interposto pela mesma recorrente às fl. 356/362. Na peça recursal ora apresentada, a recorrente pede em suma:

“Por todo o exposto, é a presente para:

- a) requerer a reconsideração de r. decisão para anular o procedimento em relação à ÁGORA dada a falta de citação, de possibilidade de defesa e, ainda, de conduta comissiva ou omissiva que possa ter causado eventual dano;
- b) caso assim não entenda, seja reduzido o montante cobrado ao valor efetivamente pago;
- c) seja deferida a suspensão do processo administrativo até o julgamento final do processo judicial de nº 2004.01.1.089860-9.”

7. Vê-se que não é a primeira vez que a interessada se rebela contra decisão desta Casa. A mesma já se manifestou no momento oportuno, manejando o recurso adequado na tentativa de modificar decisão desta Casa, conforme recurso de reconsideração de fl. fl. 356/362, cuja negativa de provimento foi mencionada em parágrafo precedente.

Da Unirrecorribilidade Recursal

8. Há de se ter em mente que o princípio da unirrecorribilidade recursal, consagrado em nosso sistema processual civil (também conhecido como unicidade ou singularidade recursal), impõe que cada decisão somente pode ser impugnada por meio de um único recurso.

9. Recorda-se que na última apreciação dos autos (**Decisão nº 654/2009**), o Tribunal, por unanimidade, decidiu por negar provimento ao recurso interposto pela **Ágora** e demais recorrentes, contra a Decisão nº 4.300/2007, mantendo a integridade desta.



10. Segundo ensina a doutrina¹, "Uma vez decididas, não usando a parte o direito de recorrer, ou tendo o recurso sido rejeitado, a seu respeito se opera a preclusão, sendo-lhe defeso, no curso do processo, discutir as mesmas questões". (destacamos)

11. Na hipótese destes autos, com a interposição do recurso de fl. 356/362, ocorreu a preclusão consumativa em relação ao segundo recurso, uma vez que a recorrente já exerceu a faculdade processual em época apropriada.

12. Assim sendo, entendemos que não deve merecer acolhida a nova peça recursal ora interposta, por afrontar o princípio da unirrecorribilidade das decisões. Em situação semelhante, esta Corte não admitiu peça recursal em que se pretendia reformar matéria que já tinha sido objeto de anterior recurso (Decisão nº 33/2007, prolatada no Processo nº 4748/06).

13. Por fim, no tocante à alegada falta de citação da recorrente, cabe registrar que o representante legal da entidade compareceu aos autos, ocasião em que obteve cópia de parte do processo, conforme requerimento de fl. 165. Considerando o disposto no § 1º do art. 214 do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente aos processos desta Corte, o comparecimento espontâneo do réu supre, entretanto, a falta de citação. Por essa razão, esta Inspeção entendeu não ser mais necessária a expedição de ofício para formalizar a citação da Ágora.

14. A recorrente deverá ser comunicado do teor da decisão a ser proferida, nos termos do disposto no § 2º, art. 4º, da Resolução 183/07.

Diante do exposto, sugerimos ao eg. Plenário:

I – não conhecer do recurso de fl. 696/697, por falta de amparo legal e afronta ao princípio da unirrecorribilidade das decisões;

II – dar conhecimento à recorrente do teor da decisão a ser proferida, nos termos do disposto no § 2º, art. 4º, da Resolução 183/07; e

III – autorizar o retorno dos autos a esta Inspeção para os devidos fins.

À consideração superior.
Em 02 de junho de 2009.

Sudário Luiz Hemétrio de Menezes
AFCE

¹ Moacyr Amaral Santos, in "Comentários ao Código de Processo Civil", Vol. IV, 1994, 7ª edição, p. 459.